



Tomada de posição sobre a fusão dos ciclos - proposta do GTEDU

O sistema educativo português que alcançou com os doze anos de escolaridade obrigatória, um enorme avanço civilizacional. Porém, ao contrário de outros países, não se promoveu a reflexão e o debate sobre a sua organização por ciclos e sobre o desenho curricular.

Em Portugal, as tentativas de alteração sucedem-se ao ritmo do ministro em exercício e corresponde a outros desideratos e não ao da melhoria do sistema educativo.

A anunciada fusão do primeiro com o segundo ciclo corresponde a lógicas gestionárias de organização dos recursos humanos, que, como se sabe, são cada vez mais escassos e estão exauridos e envelhecidos.

Assim, a proposta de fusão de ciclos parece uma solução burocratizante para resolver a falta de professores e não corresponde à necessidade de pensar sobre a divisão em 3 ciclos do ensino básico e sobre a sua pertinência.

Por razões históricas, em países como a Finlândia, ciclicamente, o sistema educativo vai à discussão e envolve toda a comunidade educativa e a sociedade em geral. O que se decide é colocado em prática e avaliado e de novo colocado em discussão. Ao que tudo indica, este modelo tem dado resultados. Neste país, verifica-se ainda que a profissão docente é respeitada e valorizada.

A atual maioria no governo, de modo intencional, desfoca o debate e espartilha o que devia ser pensado como um todo: os doze anos de escolaridade. Quando se faz uma análise comparativa, o sistema educativo português apresenta abundantes anacronismos, que não sendo impeditivos de se ter alcançado a geração melhor formada de sempre, falha e muito na formação humana e cidadã e mantém uma cortina de fumo quanto às finalidades do ensino básico e do ensino secundário.

A justaposição de reformas parciais, de decisões curriculares avulsas e de orientações pedagógicas de pendor tecnicista e cada vez menos pedagógico compromete a coerência da progressão curricular e o direito a uma escolaridade de qualidade.

A proposta não promove o debate, fica-se pela forma, quando os professores pedem e necessitam do conteúdo e de vislumbrar como se preparam para essa fusão.

Daqui se conclui, que o ministro das reformas não o é. Não se discutem as questões de fundo, não se perspetivam desenvolvimentos futuros. Este MECI mais parece um gabinete de cosmética do que um órgão de poder, que quer melhorar a aparência, mas a poupar nos recursos.

Neste tema da fusão dos ciclos, como em todos os outros, a cosmética do MECI mais não faz do disfarçar superficialmente a necessidade de mudanças mais profundas. .



Grupo de Trabalho da Educação do Bloco de Esquerda

Em Portugal, verificam-se persistências já sem sentido e outras conservadoramente recuperadas, desde os exames e provas nacionais e MODA aos plenipotenciários diretores, sem que, desde a aprovação da LBSE, tenha havido um amplo debate sobre o sistema educativo, a não ser a propósito dos vinte anos desta lei, mas ainda assim, circunscrito e sem ter chegado às escolas e a quem nelas trabalha.

O Bloco de Esquerda propõe:

1. Desenhar um caminho próprio, questionando e acomodando a multiplicidade de tipologias de estabelecimentos, reivindicando a prometida autonomia e assumindo a relevância dos primeiros doze anos da vida e da primeira infância, na formação dos cidadãos e cidadãs. Tal implica valorizar os primeiros anos de escolaridade, em particular os primeiros seis, como um todo articulado e sem sobressaltos.
2. Tornar a escolaridade obrigatória de doze anos como um fim em si mesma e a infância como uma etapa fundamental da vida, bem todas as outras questões estruturantes.
3. Exigir uma visão holística, integrada, necessariamente complexa e multidimensional e associada ao debate amplo, participado e imprescindível.
4. Promover um amplo debate nacional sobre a finalidade dos doze anos de escolaridade.

Aprovado em reunião de 25 de maio de 2026

Pelo GTEDu do BE

Alexandra Vieira

Cátia Domingues

Jorge Humberto Nogueira

Maria Veríssimo